

INSÓLITO. PROCESSO KAFKIANO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

# O DIA EM QUE O ESTADO NÃO QUIS 36 MIL EUROS

Para devolver o dinheiro de um subsídio ilegalmente atribuído à sua família, um herdeiro teve de apresentar uma queixa no Ministério Público e na Polícia Judiciária. Por **Vítor Matos**

**I**magine que tinha recebido dinheiro indevido do Estado através de fundos europeus e que queria devolvê-lo para não correr o risco de um dia lhe pedirem essas verbas de volta. Estranhamente, o organismo estatal responsável só lhe criava entraves como se não o quisesse receber. Um processo kafkiano. Foi o que aconteceu a António Assis depois de se ter tornado cabeça de casal da herança da mãe, que morreu em 2013.

O património incluía uma herdade no Alentejo, em Serpa, que recebera fundos europeus para uma exploração de agricultura biológica, composta na sua maioria por oliveiras.

A responsabilidade do pedido dos subsídios – e até da aprovação da candidatura – tinha sido do seu irmão Sebastião Rodrigues, que entrou em conflito com a família por causa das partilhas. Ao perceber que havia 36 mil euros recebidos indevidamente pela herdade, António Assis decidiu denunciar o caso ao Instituto de Financiamento

António Assis andou perdido no labirinto da burocracia estatal. Tiveram de passar 10 meses até que pudesse devolver o dinheiro

**O SEU IRMÃO, AUTOR DO PEDIDO DE SUBSÍDIO E COM QUEM ENTRETANTO SE INCOMPATIBILIZOU, DIZ QUE NÃO SABE DE NADA**

da Agricultura e Pescas (IFAP). Ao fim de dez meses a insistir que tinha havido fraude, só conseguiu que este organismo aceitasse a devolução do dinheiro dos fundos comunitários quando apresentou uma queixa no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) e outra na Polícia Judiciária.

Sebastião Rodrigues era presidente da Associação de Agricultores do Concelho de Serpa, a entidade que admitia e validava as candidaturas a financiamento europeu. Também era membro da direcção da Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP). Tinha sido candidato à presidência da câmara de Serpa e era vereador do PSD naquela cidade alentejana.

As candidaturas àqueles fundos, em 2011 e 2012, foram validadas por duas funcionárias da associação, que dependiam hierarquicamente de Sebastião Rodrigues. Em 2012, o sistema informático do IFAP tinha gerado um alerta, porque Sebastião Rodrigues apresentara candidaturas em dois anos seguidos sem o certificado obrigató-



**ANTÓNIO ASSIS DESCONFIA QUE A ALEGADA FRAUDE ESTAVA A SER ENCOBERTA NO INTERIOR DO IFAP**

**10  
meses**

foi o tempo que o IFAP levou para aceitar a devolução dos fundos

**APESAR DA SUA INSISTÊNCIA, O IFAP TENTOU CONVENCÊ-LO DE QUE NÃO TINHA HAVIDO NENHUMA IRREGULARIDADE**

## Confirmação total

**Houve irregularidade. E já foi reportada às autoridades**

**O Instituto** de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), não comentou à SÁBADO o facto de ter alegadamente resistido aos **apelos de António Assis** para que o dinheiro recebido ilegalmente fosse devolvido. Mas confirmou a detecção de uma "irregularidade" e a abertura do respectivo processo de recuperação de verbas, actualmente em curso, bem como a sua comunicação às autoridades.

rio que assegurava que o modo de produção era efectivamente biológico. Ou seja, é preciso que uma empresa certificadora verifique as condições da exploração antes de ser atribuído o subsídio.

## Fraude não era admitida

Quando percebeu que havia algo de errado nas ajudas recebidas para o olival da mãe, António Assis contactou o IFAP de modo a comunicar a alegada fraude, colocando-se à disposição do instituto para devolver o dinheiro: "Achei muito estranho que quando denunciei o caso ao IFAP, me tentassem convencer, durante vários meses, e apesar da minha insistência, de que estava tudo bem, tudo em ordem". No dia 7 de Outubro de 2013, recebeu uma carta. Ana Luís Rodrigues, directora do Departamento de Ajudas Directas do IFAP, escrevia-lhe um ofício a dizer que tinha apenas sido verificado "um mal-entendido no que concerne à entidade certificadora" das explorações da empresa Segredo Alentejano. Aparecia o nome de uma empresa quando teria sido outra a fazer o processo de certificação, o que era justificado com um erro informático. "Neste contexto, não houve qualquer incumprimento por parte dos beneficiários intervenientes, que sem-

pre receberam as ajudas a que tinham direito".

António Assis voltaria a insistir. A 10 de Outubro do mesmo ano, enviou a denúncia a várias entidades: Polícia Judiciária, DIAP, CAP, direcção do IFAP e ministra da Agricultura, Assunção Cristas. No dia 12 de Dezembro de 2012, receberia uma resposta do gabinete de Planeamento de Políticas e Administração Geral (GGP), do Ministério da Agricultura.

Bruno Dimas, o subdirector-geral que assinou o documento em causa, disse que a referência às empresas que deviam certificar a exploração se devia a "um erro", cuja origem o IFAP desconhecia. O dirigente concluía: "Inexistem fundamentos para que as candidaturas sejam consideradas irregulares". Quanto ao facto de Sebastião Rodrigues ser director da CAP e presidente da associação que tratou das candidaturas, "tais factos, só por si, não revelam a prática de qualquer ilícito".

Apesar das primeiras duas respostas, o IFAP acabaria por admitir apenas um ano depois, em Setembro de 2014, que havia "irregularidades no âmbito da candidatura em apreço". O organismo, afinal agora reconhecia o "incumprimento" da empresa agrícola, por esta ter deixado de ser certificada pela entidade que aparecia no processo. Aceitava assim a devolução de €31.163,29.

António Assis desconfia que a alegada fraude estava a ser encoberta no interior do IFAP, uma vez que foi permanentemente desencorajado a fazer qualquer devolução do dinheiro. Agora aguarda pelos resultados da investigação judicial em curso.

Contactado pela SÁBADO, Sebastião Rodrigues, o autor do pedido de subsídio alegadamente ilegal, disse que não autorizava a publicação do seu nome neste artigo e afirmou desconhecer por completo o tema em causa: "Não faço ideia de que tipo de assunto é esse. Sou herdeiro maioritário e tenho todo o processo de partilhas em tribunal, não sei de mais nada". ■